



# COLÓQUIO/Letras

ISSN: 0010-1451 - Página principal / Homepage: <https://coloquio.gulbenkian.pt>

---

## 'Orpheu'

Eduardo Lourenço

Para citar este documento / To cite this document:

Eduardo Lourenço, "'Orpheu'", *Colóquio/Letras*, n.º 190, Set. 2015, p. 9-15.

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

# ‘Orpheu’

EDUARDO LOURENÇO

EU ESCREVI VÁRIAS VEZES sobre Fernando Pessoa, mas sempre com o sentimento de que estamos a flagelar as águas de um rio inesgotável. O rio dele era de outra natureza, era um rio paradoxalmente silencioso. Na verdade é difícil, ou impossível, não ouvir o seu ruído, mas estar à altura desse ruído que ele produz.

Fernando Pessoa, que sofreu tantas influências, teve a sorte ou o destino — que lhe concedeu essa possibilidade — de frequentar um universo diferente do nosso, na sua educação escolar. Aí encontrou, entre outros, os grandes poetas ingleses — particularmente os românticos —, e uma das suas figuras mais ilustres chamada Shakespeare. Ele é um filho de Shakespeare, não só pelos traços deixados na sua obra, mas porque esta é de facto uma obra shakespeariana. E se tivéssemos de escolher alguma das imortais figuras de Shakespeare, escolheríamos uma: Hamlet. E o momento hamletiano por excelência é aquele em que ele entra em cena com o livro na mão, o momento em que Polónio pergunta o que é que ele está a ler. Como todos sabem, a resposta famosa é: «Words, words, words...» (Palavras, palavras, palavras...).

A figura hamletiana aplica-se a Pessoa, mesmo biograficamente falando, pois não tendo um pai assassinado, teve um pai que perdeu sendo jovem. Teve uma mãe que não o traiu propriamente, mas simbolicamente: levou-o primeiro para a África e esteve depois muito tempo afastada quando ele regressou a Portugal. A obra que mais me influenciou, além da famosa antologia de Pessoa publicada por Casais Monteiro, foi naturalmente, como aconteceu com todos os pessoanos naquele momento, a obra de Gaspar Simões. Apesar de todos os defeitos que se lhe possam atribuir, a verdade é que foi ele a colocar o acento ou a buscar a chave de interpretação biográfica, psicológica e de sensibilidade na sua relação com a mãe e nos problemas de distância, ou de distância inventada — ele próprio se declara órfão no *Livro do Desassossego*, um pouco para ficar com um destino parecido ou fraterno com o seu amigo

morto Sá-Carneiro. Depois há Ofélia, terceira personagem, essa, irreal e real ao mesmo tempo, mas que torna difícil passarmos rapidamente dessa inscrição simbólica de tipo biográfico, imaginário, para o poeta de *Orpheu* que ele foi, com outros seus companheiros. Porque Orfeu é um poeta trágico — a tragédia do amor perdido —, mas ao mesmo tempo da aventura única de poder descer aos infernos para recuperar o seu amor morto. O perfil de Orfeu é a encarnação da poesia mesma, da música, dada a sua genealogia — filho de uma das nove musas —, inventor da cítara, mas sobretudo do canto como celebração. Orfeu não é criador da realidade, mas tem os dons divinos de dar à realidade um charme, um encanto, uma sedução, que faz dele a encarnação do mito da poesia, da música e das artes em geral.

A ideia de rotular a revista, como se sabe, seria de Luís de Montalvor por uma conjunção, uma convergência de poetas de um e de outro lado do Atlântico — não é todos os dias que há essa espécie de laços. Ora, paradoxalmente, como é que uma revista que vai ser a encarnação duma nova fase da cultura poética moderna, e mesmo uma expressão exasperada, e publicitária quase, do espírito da Modernidade — que não foi inventada por nós enquanto tal, mas já vinha da poesia anterior, sobretudo a representada por Baudelaire, alguém que tem em conta o espírito novo característico da Modernidade, na sequência das revoluções modernas, sobretudo a francesa, ou um poeta como Rimbaud, para quem a exigência de ser moderno era capital, mais violenta, mais contestatária, mais misticamente selvagem, como disse Claudel, do que em Baudelaire —, perguntávamos, pois, como é que uma revista que vai ser o grito da Modernidade entre nós tem o título do mito intemporal, um mito que em si mesmo não é moderno no sentido baudelaireano ou de Rimbaud?

Todavia, provavelmente acertaram na escolha desse título, porque aquilo que Orfeu representa é qualquer coisa que está fora de qualquer temporalidade histórica, cultural, como nós a representamos, nas nossas classificações estéticas. Na verdade, a essência de Orfeu é pura e simplesmente a daquele que pela sua história, pelo seu amor por Eurídice, pelo drama que vai imaginar ou encarnar depois da sua morte, é uma expressão da condição humana, de seres para a morte que nós somos. É mesmo o único combate — que nem pode ser verdadeiramente pensado e dito porque fica fora daquilo que é da ordem da razão, porque a razão, por defeito, é incapaz de resolver, pela sua vontade de tudo compreender, aquilo que é o mistério dos mistérios, sobretudo quando esse mistério diz respeito àquilo que nos define mais profundamente, que é a relação de amor que nos constitui como a nossa identidade virtual infinita. Não foi por isso mal achado da parte desse grupo de poetas lembrarem-se de Orfeu para título, embora, paradoxalmente, em termos mítico-biográficos, esse Orfeu, pelo menos para quase todos eles, fosse um Orfeu sem Eurídice — talvez para Almada Negreiros possamos imaginar uma Eurídice possível, mas

para os outros não. Todos eles tiveram uma grande dificuldade de viver esse laço, ao mesmo tempo natural e cultural, característico do Ocidente tal como ele é vivido na nossa civilização judaico-cristã (ou ex-civilização judaico-cristã, já não sei). A verdade é que esse mito do amor, em volta do qual não só a poesia mas praticamente toda a ficção gira, parece ter faltado em todos eles, parece ter constituído um problema fundamental da sua existência — confrontar-se com o outro como duplo de si mesmo, ou o espelho de si mesmo.

Nós não recebemos a nossa identidade, não somos nós que nos chamamos a nós próprios. No texto bíblico — o texto por excelência do Ocidente até hoje — é o homem criado por Deus que é encarregado de nomear tudo quanto o cerca, todas as coisas da criação, mas não se nomeia a si mesmo. É chamado, é nomeado como feito de terra, mas essa nomeação é de Deus. A nossa nomeação como seres humanos é aquela que nos vem do outro, e provavelmente o problema de ordem subjectiva e de ordem poética de todos ou quase todos os nossos poetas de *Orpheu* foi o de não se terem sentido nomeados por outrem que os confirmasse na sua própria identidade irreduzível e única. Mas daí até se inventar uma entidade que possa ser considerada como verdadeira, autêntica, que correspondesse ainda numa perspectiva bíblica àquilo que nós somos como imagem de um Absoluto, de Deus, vai uma grande distância.

Essa crise identitária é de facto, ao mesmo tempo, não a crise num momento particular da nossa civilização enquanto moderna, mas qualquer coisa que sucedeu ao longo dos séculos. Um dos grandes filósofos, muito discutido e discutível, que maior influência exerceu sobre essa tribo especial que são os filósofos, particularmente do Ocidente, chamado Heidegger, disse que a questão fundamental da nossa cultura até hoje foi aquilo que ele chama o esquecimento do ser, quer dizer o facto de que deixámos de poder dar um nome àquilo que é o nosso próprio fundamento, aquilo em que estamos enraizados, aquilo que nós somos e que, se não somos, vivemos uma espécie de vertigem de nos confrontar com qualquer coisa que não tem nome, mas que nós nomeamos chamando nada.

Durante muitos séculos, fugimos desta espécie de vertigem, até que houve um momento estranho, quase shakespeariano, depois de um momento em que a civilização ocidental dá a impressão de conhecer um novo nascimento — e que por isso mesmo se chamou Renascimento, quer dizer pura e simplesmente, outra vez o seu momento helénico, o seu momento de plenitude — em que essa nova luz se obscurece, porque os conflitos na área do poder, na área da crença se tornam de facto o nosso presente. O próprio Camões, pouco antes de Shakespeare, tinha intuído a mesma perturbação de ordem metafísica, de ordem espiritual, de ordem histórica, de ordem subjectiva, de todas as ordens — e chamou a isso o desconcerto do mundo. Para Shakespeare, o tempo saiu dos seus gonços, porque nós somos seres temporais cuja essência

verdadeira não é correr como um rio no tempo que perdesse a substância, mas a nossa temporalidade é constituída por uma sucessão de momentos, instantes, e cada um desses instantes é uma espécie de eternidade quase sem substância. É para esse retorno sobre nós mesmos que nós aspiramos. Um pouco mais tarde deu-se a impressão de que o Absoluto, no Ocidente, sofreu a sua primeira transformação ou ocultação. É o que nós chamamos a Reforma. A Reforma é a emergência de uma reivindicação daquilo que nós somos como indivíduos na sua relação com o absoluto. Deus deixa de ser uma entidade quase familiar, concreta, visível. A Humanidade pensa que tem em si a capacidade de se salvar a si mesma, mas a exigência de Lutero era mais profunda: a de que nós não temos em nós próprios a capacidade da salvação.

Por conseguinte, naquilo que nós somos como seres racionais, naquilo que somos como seres naturais, não há capacidade de reimaginar uma nova eternidade ou uma criação semelhante à do paraíso de onde fomos expulsos segundo o mito bíblico. Então Deus deixou de ser aquela referência em volta da qual tudo se organizou, e passou a ser uma espécie de aposta — aposta sem rede, que tem o nome de fé, no sentido pauliniano do termo —, agora muito mais aprofundada, porque esse deus luteriano não é um deus sobre o qual possamos ter qualquer espécie de certeza, não é o pai dos homens, é um deus um pouco como o dos místicos renanos, de uma transcendência absoluta, impensável, que nos deixa sós diante de uma aposta — uma aposta quase antecipada, à maneira de Pascal. Nós deixamos de saber a partir de então que Deus é o fundamento de tudo e a realidade de tudo.

É esta a revolução do espírito moderno — uma espécie de reivindicação da autonomia humana como criadora da história, como sujeito da história do mundo, como única certeza que verdadeiramente interessa possuir, que nos confere a nossa própria identidade e é a consciência de nós próprios — nós como consciência, nós como sujeito do mundo. É de facto o que nós chamamos de revolução cartesiana, quer dizer o triunfo do homem como Razão, mas sobretudo como sujeito, que impregna todas as suas conquistas daquilo que ele próprio é.

Na verdade, com a geração de *Orpheu*, particularmente Pessoa, é um novo tipo de espíritos que assistem pouco a pouco a uma espécie de lenda, mas cada vez mais vivida, de impressão de que Deus está obscurecendo, até que chega o momento em que este Deus — que durante tantos séculos era a única coisa verdadeiramente importante para a humanidade da Europa, e não só — passou a ser declarado como algo que já não informava a nossa existência, a nossa cultura, a nossa política, desaparecendo primeiro na ordem do poder: o poder deixa de ser sacralizado. (Nas formas mais arcaicas de poder, o rei nunca estava seguro de conservar a sua cabeça, e muitas vezes era a vítima propiciatória. Historicamente, na sua versão ocidental, os reis começam a ser contestados

a partir do Renascimento. Mas só com a Revolução Francesa é que o objecto de contestação tem uma forma mais moderna — Carlos I de Inglaterra ainda foi decapitado por motivos religiosos; Luís XVI foi guilhotinado em nome do povo francês. É uma grande mudança.)

Almada é aquele que ainda não tem uma mitologia adequada ao papel que teve na nossa cultura desde a sua juvenil intervenção na cena poética e criadora portuguesa. É curioso que o jovem Almada tenha mencionado entre as suas referências Zaratustra. Nos finais do século XIX morre Nietzsche. E Nietzsche é uma figura incontornável da nova modernidade europeia, e mesmo mundial, porque não fez uma contestação de todos os grandes referentes religiosos que nós conhecemos, mas directamente uma recusa da nossa referência suprema de um deus encarnado, de um deus crucificado. E chamou-se a isso a morte de Deus. E era suficientemente lúcido para pensar que o que estava aí contido era a própria morte do homem — a morte do homem como também senhor do seu próprio destino, capaz de se salvar.

Todos os primeiros anos do século XX foram anos em que os famosos textos de Nietzsche foram extremamente populares, e mesmo a forma de protesto que conhecemos de diversos manifestos de ordem cultural são de origem nietzschiana — no *Anti-Cristo* há uma passagem famosa em que Nietzsche defende, exactamente como Pessoa vai fazer, «um mandado de despejo aos mandarins da Europa» (e chama a uma grande romancista romântica francesa, George Sand, «vaca leiteira»). Na verdade nós tínhamos tido entre nós, não um pré-Nietzsche, mas alguém que tinha marcado a cultura portuguesa — uma ruptura de consequências extraordinárias — porque é o primeiro (e ele próprio teve consciência disso) a inaugurar uma espécie de cisão com os tempos anteriores. Exactamente pela mesma razão, mas mais banal: a razão de perda da fé tradicional. Refiro-me naturalmente a Antero. O jovem Pessoa no seu primeiro escrito, o pequeno ensaio sobre «A Nova Poesia Portuguesa sociologicamente Considerada», depois de fazer uma evocação da poesia anterior a Pascoaes, diz que a poesia portuguesa vai conhecer um período extraordinário, uma nova fase no imaginário português e que essa genealogia começa no Antero e irá até eles. Portanto, tem a consciência de que há uma paternidade cultural na geração anterior e ele próprio se coloca no fim dessa linha e no princípio de outra.

Mas por mais imaginação, por mais dons proféticos que possamos atribuir ao poeta dos *Sonetos*, ele nunca poderia imaginar que meio século mais tarde alguém inventaria uma espécie de genealogia diferente, e que à morte do sujeito tradicional iria responder com uma invenção de sujeitos propriamente poéticos para substituir a identidade perdida enquanto realidade que a si própria se domina e será sentida por uma multiplicidade que, agora vejo nas últimas exegeses, é multiplicada indefinidamente (o que me parece absurdo —

a heteronímia são aqueles quatro e não outros, por definição intrínseca imposta pelo próprio Pessoa). E é assim que entramos naquilo que vai assegurar duradouramente até hoje essa criação extraordinária que é a invenção dos heterónimos. E é verdade que do *Orpheu*, como referência para nós, como resultado da dispersão na ordem psicológica — a que era tão sensível Mário de Sá-Carneiro que a usa como título da sua poesia —, sucede uma espécie de nova criação, como se o poeta se concedesse a si próprio os dons divinos de criar para sua própria recriação outros seres semelhantes a ele para substituir aquele que ele não sabia ser.

Nós não podemos dizer nada que Pessoa não tivesse já dito de tantas maneiras diferentes. O mais importante é que a novidade, a excentricidade — aparente, em todo o caso — da famosa criação heteronímica deixou na sombra tudo aquilo que não é heteronímico em Fernando Pessoa. Mas a verdade é que a raiz profunda da poesia de Fernando Pessoa é o ultra-simbolismo. A excepção é o Mestre, é Caeiro, mas é uma excepção para se defender da sua visão mais profunda — a ideia de que a nossa realidade, no sentido psicológico do termo e em todos os outros sentidos, tem como essência o facto de não ser real, ser uma espécie de fantasma. Não é só na ordem do seu apetite infinito pelos textos dos outros que Fernando Pessoa é o maior vampiro das literaturas universais. É pelo facto de que ele a si se concebia como alguém que tinha tecido uma outra espécie de mundo. E isso é, não uma invenção total, mas uma espécie de versão moderna de um dos mitos mais famosos de Platão, o mito de Er, que supõe que os homens esqueceram o seu destino antes de encarnarem; e que escolheram o seu destino; e que o nascer é o esquecimento dessa escolha, mas que permanece latente; e que eles estão aqui como sombras daquilo que já foram noutra sítio, como fantasmas, de algum modo. E termino, citando o poeta:

Hoje que a tarde é calma e o céu tranquilo,  
E a noite chega sem que eu saiba bem,  
Quero considerar-me e ver aquilo  
Que sou, e o que sou o que é que tem.

Olho por todo o meu passado e vejo  
Que fui quem foi aquilo em torno meu,  
Salvo o que o vago e incógnito desejo  
De ser eu mesmo de meu ser me deu.

Como a páginas já relidas, vergo  
Minha atenção sobre quem fui de mim,  
E nada de verdade em mim albergo  
Salvo uma ânsia sem princípio ou fim.

Como alguém distraído na viagem,  
Segui por dois caminhos par a par.  
Fui com o mundo, parte da paisagem;  
Comigo fui, sem ver nem recordar.

Chegado aqui, onde hoje estou, conheço  
Que sou diverso no que informe estou.  
No meu próprio caminho me atravesso  
Não conheço quem fui no que hoje sou.

Serei eu, porque nada é impossível,  
Vários trazidos de outros mundos, e  
No mesmo ponto espacial sensível  
Que sou eu, sendo eu por estar aqui?

Serei eu, porque todo o pensamento  
Podendo conceber, bem pode ser,  
Um dilatado e múrmuro momento,  
De tempos-seres de quem sou o viver?

(Fernando Pessoa, *Poesias*, Lisboa, Ática, 1942)

NOTA

Texto escrito segundo a antiga ortografia e adaptado da conferência de encerramento do Congresso Internacional Luso-Brasileiro 100 Orpheu, proferida a 28 de Abril de 2015 no Centro Cultural de Belém, Lisboa.